

# **TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS-ECONÔMICOS: INTERPRETANDO A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ECONÔMICA**

Daiane Deponti Bolzan  
Mestre em Economia do Desenvolvimento – PUCRS  
daiane.bolzan@acad.pucrs.br

**Linha Temática:** ÁREA I: Macroeconomia e Economia Internacional

## **Resumo**

Este artigo trata da inter-relação entre Economia e Política através da Teoria dos Ciclos Político-Econômicos apontando alguns pontos importantes e revisando a bibliografia relevante da área. Busca-se, desta forma, identificar como a teoria econômica tem interpretado o comportamento eleitoral e como a utilização de políticas econômicas pode induzir os eleitores a votarem nos candidatos que manipulam as políticas econômicas.

**Palavras-chave:** Ciclos político-econômicos; modelos oportunistas; modelos partidários.

## **Abstract**

This article deals with the interrelationship between economics and politics through the Theory of Economic Cycles pointing out some important issues and reviewing the relevant literature of the area. The aim is to identify how economic theory has interpreted the electoral behavior and the use of economic policies can induce voters to vote for candidates who manipulate economic policy.

**Keywords:** Business Cycle Theory; opportunistic models; party models.

**Classificação JEL:** E02; E03.

## 1. Introdução

Dada a evidente e necessária inter-relação entre Economia e Política, pretende-se neste artigo elencar as principais abordagens que têm sido utilizadas na análise deste relacionamento e, em especial, do processo político-eleitoral. O que se percebe é que o desenvolvimento dos modelos tem acompanhado o desenvolvimento da ciência econômica incorporando o conceito e aprimorando o debate na área. O ponto central destes modelos é como se dá o comportamento dos agentes no processo político-eleitoral, ou seja, qual o tipo de interação entre os candidatos e eleitores ocorre no processo eleitoral. O principal argumento que tem sido utilizado para explicar o comportamento eleitoral é o oportunismo por parte dos candidatos que se utilizariam da administração pública para alavancar votos através da utilização de políticas que gerariam a ilusão de crescimento econômico. A discussão sobre isso passa a ideia de que ou o eleitor seria ou manipulado pelo oportunismo político ou seria mal informado sobre a realidade socioeconômica e, desta forma, as políticas oportunistas seriam vantajosas para os políticos.

Entretanto, como dito anteriormente, os estudos no campo das teorias dos ciclos econômicos têm sido influenciados pelo desenvolvimento da ciência econômica e acompanharam a evolução desta, especialmente com a proliferação de estudos nesta área na década de 1980, com a crise da dívida e a ampliação dos debates sobre déficits públicos e sobre a utilização de políticas com fins eleitorais, ou melhor, sobre a utilização de recursos públicos com fins eleitoreiros que geram o déficit público. Atualmente, os estudos de ciclos político-econômicos incorporam elementos menos centrados nas políticas econômicas, mas de grande impacto como a estrutura política, acesso a informação, relacionamento entre o Legislativo e o Federativo, etc.

Pode-se classificar os estudos sobre ciclos político econômicos em quatro categorias que relacionam o tipo de política escolhida pelo partido e as expectativas dos eleitores (e dos candidatos) sobre o jogo político. As políticas podem ser oportunistas (quando o governante se utiliza de políticas visando seu próprio benefício político) ou partidárias (quando um governante orienta as políticas de seu governo com base em sua orientação político-partidária). As expectativas podem ser racionais ou adaptativas e terem informação completa ou incompleta. Alguns modelos refletem, em boa medida, o desenvolvimento da ciência econômica na época de sua publicação enfatizando o *trade-off* inflação/desemprego e os modelos de formação de expectativas que eram bastante discutidos naquele momento.

Nas seções seguintes serão apresentadas algumas das principais contribuições no debate dos ciclos políticos econômicos que nos permitirão identificar algumas relações importantes entre economia e política.

## **2. Modelos Oportunistas**

### **2.1. Modelos Oportunistas com expectativas adaptativas**

Um dos primeiros estudos que procura estudar os governos democráticos relacionando o comportamento eleitoral e a política econômica é de “*Uma Teoria Econômica da Democracia*” (1957) de Anthony Downs. Sua abordagem procura explicar como os eleitores racionais escolhem seus governantes no regime democrático. Segundo o autor, a função política das eleições neste regime é o de selecionar um governo e o comportamento racional vinculado às eleições é um comportamento orientado para este único fim. O *homo politicus*, definido pelo autor, é um homem médio do eleitorado, um cidadão racional de uma democracia modelo capaz de classificar e indicar um ranking de preferências transitivas e constantes.

Há uma condição importante ressaltada por Downs (1999) para que os eleitores ajam racionalmente: a ordem social deve ser previsível permitindo que o *homo politicus* possa prever aproximadamente o comportamento dos outros cidadãos e do governo.

A estrutura do modelo proposto por Downs (1999) assume que todo governo procura maximizar o apoio político numa sociedade democrática em que existem eleições periódicas. O partido governante terá como objetivo a reeleição, a oposição buscará a eleição. O partido governante tem liberdade ilimitada de ação dentro dos limites da constituição. Dentre os limites constitucionais impostos ao partido governante estão a garantia de que os partidos de oposição tenham liberdade de operação e de que o calendário das eleições não pode ser alterado, se repetindo em intervalos fixos. A partir desta estrutura básica o autor procura delinear como o governo racional se comporta para alcançar seu objetivo.

No que diz respeito a motivação partidária, a hipótese fundamental é que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (DOWNS, 1999, p. 50). O autor salienta que um ponto importante na motivação dos indivíduos que formam o partido e, em especial, aos que assumem cargos políticos seriam as motivações

pessoais. Segundo ele, os membros são motivados por seu desejo pessoal por renda, prestígio e poder que advêm do cargo público e, portanto, o desempenho da sua função social é um meio de se atingir as ambições privadas dos indivíduos.

A lógica básica do voto fundar-se no axioma de racionalidade do cidadão que vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios (definidos como fluxos de utilidade obtidas da atividade governamental). Importa salientar que a percepção sobre a renda de utilidade recebida é fundamental sobre a decisão de voto dos eleitores: “apenas os benefícios dos quais os eleitores se tornam conscientes podem influenciar suas decisões de voto; de outro modo, seu comportamento seria irracional” (DOWNS, 1999, p. 58).

A partir da identificação da renda de utilidade<sup>1</sup> que o eleitor espera receber, Downs (1999) estabelece um “diferencial partidário esperado” do cidadão e identifica as preferências eleitorais do cidadão. A ideologia partidária é importante como “atalho” para o eleitor, pois reduz seu custo de informação. O partido, ciente que o eleitor vota por meio de ideologia, a modela para atrair o maior número de eleitores possível.

Outra referência que utiliza a percepção oportunista dos partidos políticos é Nordhaus (1975). Ele apresenta um modelo de escolha pública intertemporal que tem o *trade-off* inflação-desemprego como decisivo para o comportamento do eleitor. Segundo este autor, a preferência dos eleitores é por baixo desemprego e baixa inflação, logo os eleitores utilizam a taxa de desemprego como indicador da possibilidade de ter sua renda alterada com a perda do emprego. A aversão à inflação seria menos evidente, mas relacionada a problemas no balanço de pagamentos, na alocação ineficiente dos recursos e na distribuição de renda arbitrária. Seu modelo pressupõe eleitores com preferências racionais, porém que ignoram o *trade-off* macroeconômico e que orientam suas decisões políticas pelas experiências passadas. Como os indivíduos desconhecem os objetivos e políticas viáveis de cada partido, o autor sugere que os indivíduos formam suas expectativas sobre qual será o comportamento do partido baseado em seu comportamento passado. Além disso, o eleitor tem memória decrescente, ou seja, o peso das políticas mais recentes adotadas pelo governo é maior do que as políticas passadas. A diferenciação dos partidos se dá através da sua posição escolhida no *trade-off* inflação-desemprego.

---

<sup>1</sup> Downs define a renda de utilidade do eleitor como a utilidade recebida pelos cidadãos. Segundo o autor, “Essa renda inclui benefícios que o beneficiário não percebe que está recebendo. Também inclui benefícios que ele sabe estar recebendo, mas cuja fonte exata ele não conhece” (Downs, 1999, p. 58)

Para avaliar o governo, o eleitor então compara o comportamento do partido governante com o comportamento usual dos demais partidos no passado. Se as condições econômicas se deterioraram em relação às expectativas então o eleitor votará contra o partido governante e vice-versa. O autor aponta que a comparação entre performance atual e esperada deixa de lado questões importantes como a orientação ideológica do partido, contudo, os partidos políticos estariam mais interessados em “lucros políticos” do que em manter sua ideologia. O partido governante, durante seu mandato, escolhe a política econômica que maximizará seus votos na próxima eleição. A questão central é, então, qual será o nível ótimo de inflação e desemprego na ausência de restrições políticas que maximizará votos.

No curto prazo, o governante vitorioso combaterá a inflação e consequentemente, elevará o desemprego. No entanto, com a aproximação do período eleitoral, o governo utilizará políticas para baixar a taxa de desemprego. O resultado para o longo prazo que é identificado por Nordhaus (1975) é que os sistemas democráticos escolherão uma política com desemprego mais baixo e inflação mais alta que o nível ótimo. Outro resultado apontado é que a política implementada pelo partido levará a um “*political business cycle*” com desemprego e deflação nos anos iniciais do mandato seguido por crescimento inflacionário à medida que a eleição se aproxima.

Quais seriam as possíveis soluções para esta tendência dos sistemas democráticos? Nordhaus (1975) aponta a melhora nas informações disponíveis para que os eleitores punam os partidos que utilizam políticas econômicas com fins eleitorais. Além disso, o autor sugere que o planejamento forçaria o governo a negociar com a oposição e outros grupos de interesse e tornaria mais difícil para o governante utilizar-se de políticas oportunistas.

## 2.2. Modelos Oportunistas com expectativas racionais

Diferentemente dos modelos oportunistas de expectativas adaptativas, os modelos com expectativas racionais incorporaram a possibilidade de os eleitores reagirem ao comportamento eleitoreiro dos candidatos. O conceito de expectativas racionais foi desenvolvido na década de 1970 para se contrapor a visão das expectativas adaptativas. Enquanto estas supõem que os indivíduos “adaptam” suas expectativas conforme o valor passado da variável, o conceito de expectativas racionais incorpora a possibilidade de que os agentes econômicos incorporam as expectativas acerca do futuro para realizarem suas decisões.

Um dos modelos que utiliza expectativas racionais para interpretar a relação entre política e economia foi desenvolvido por Rogoff e Sibert (1988) em que os autores analisam o cenário de comportamento eleitoral racional com assimetria de informação. Os modelos com expectativas racionais apontam que os eleitores são capazes de antever o comportamento oportunista dos candidatos e, desta forma, não seriam iludidos por políticas eleitoreiras. Entretanto, ao assumir que mesmo que os eleitores sejam racionais há assimetria de informação sobre as competências dos candidatos ao governo, o modelo permite que existam ciclos eleitorais. Nos meses que precedem a eleição os candidatos seriam incentivados a sinalizar sua competência. Neste modelo, o governo obtém informação sobre sua competência mais rapidamente que os eleitores e estes, por sua vez, observam a competência do governante diretamente, mas de forma defasada. Um governo competente seria aquele que produz mais bens públicos utilizando menos receita e, portanto, relacionado diretamente com a habilidade administrativa do governante.

O partido governante tentaria demonstrar sua competência por meio de um “choque de competência” maior no ano eleitoral. O partido de oposição não teria nenhum meio de sinalizar a efetividade de suas políticas.

Há duas possibilidades de equilíbrio: o primeiro seria um equilíbrio não reputacional com horizonte temporal finito em que a decisão dos eleitores é baseada em uma visão de curto prazo:

During election periods, the equilibrium has the following characteristics: If the incumbent party knows that its competency shock is the lowest possible, then it will not cheat at all. This result obtains even if the incumbent's temptation to improve its image is greatest when its competency is lowest. The use of seignorage is increasing over a range of realizations of the unobservable competency shock, but is declining at higher levels of competency. Incumbents of intermediate ability cheat the most (ROGOFF; SIBERT, 1988, p. 2).

A segunda possibilidade seria um equilíbrio reputacional com horizonte temporal infinito em que os eleitores e os partidos políticos colocam mais peso no futuro e poderiam, portanto, chegar mais próximo de um resultado ótimo em que não são utilizadas políticas oportunistas.

Rogoff (1990) procura articular melhor o modelo apresentado em Rogoff e Sibert (1988) relacionando também, o comportamento dos eleitores aos ciclos econômico-políticos. Seu modelo se baseia no pressuposto de que tanto os eleitores quanto os políticos sejam racionais,

mas que há também informação assimétrica sobre a competência dos políticos quanto à administração pública. Desta forma, com o aumento da oferta monetária no ano anterior à eleição, o governante poderia temporariamente aumentar o produto e o emprego. Os eleitores, por não perceberem que a inflação iria aumentar após as eleições e que o produto e o emprego voltariam a sua taxa natural, responderiam positivamente aos incentivos dados pelo governante. Ou seja, os governantes, por serem mais bem informados acerca da sua própria competência conseguiriam induzir o eleitor a votar neles por meio da manipulação do gasto público.

Shi e Svensson (2003) utilizam o conceito de risco moral para a compreensão dos ciclos político-eleitorais. Os autores argumentam que os modelos desenvolvidos por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) seriam modelos com expectativas racionais e seleção adversa, em que os eleitores escolheriam erroneamente devido a informação assimétrica entre os governantes e os eleitores.

No modelo de risco moral desenvolvido por Shi e Svensson (2003), tanto governantes quanto eleitores não são capazes de observar a competência dos governantes, ou seja, os políticos estão incertos sobre como eles poderão lidar com os problemas futuros e como poderão transformar as receitas do governo em benefícios públicos. Os eleitores são racionais e desejam eleger o candidato mais competente. Os candidatos para sinalizar sua competência manipulam a política econômica no período pré-eleitoral visando aumentar suas chances de reeleição e, desta forma, geram déficits orçamentários. Os autores apontam que os ciclos políticos orçamentários são maiores nos países em desenvolvimento que em países desenvolvidos e que a fonte do ciclo é tanto na redução nos impostos quanto no maior gasto público.

A questão da diferença dos ciclos políticos orçamentários entre os países também já havia sido apontada por Alesina e Perotti (1994). Estes procuram responder por que alguns países da OCDE acumulam grandes déficits por meio da discussão dos modelos político-econômicos. O argumento central é de que, apesar dos países da OCDE serem democracias industriais avançadas com alto nível de renda per capita, há fatores político-institucionais que são importantes para se entender os déficits orçamentários. Neste sentido, retomam o argumento da Teoria da Escolha Pública de que as diferentes estruturas de taxação e instituições fiscais poderiam levar a maior ilusão fiscal. O conceito de ilusão fiscal é definido aqui como um viés sistemático nos “erros” dos eleitores. Segundo os autores, se os eleitores tiverem erros não-correlacionados, na média, eles não superestimarão ou subestimarão os custos e benefícios dos impostos e dos gastos. Entretanto, com a ilusão fiscal os votos seriam viesados em uma certa direção.

O conflito intertemporal também é discutido por Alesina e Perotti (1994) na medida em que uma geração egoísta poderia optar por políticas no presente com custos que deverão ser pagos pelas gerações futuras. Nas palavras dos autores: “There is a critical difference between the current generations and future generation (including children currently alive): only the current one votes<sup>2</sup>” (ALESINA; PEROTTI, 1994, p. 14). Mas o argumento intertemporal não seria capaz de explicar porque os déficits orçamentários estariam ocorrendo na década de 1990 e não no passado ou futuro e nem porque alguns países apresentam déficits maiores que outros.

O argumento de conflito intratemporal sobre a disputa entre os diferentes grupos sócio-políticos pela distribuição dos recursos é apontado como o mais plausível para explicar a persistência do desequilíbrio fiscal. A disputa distributiva entre os grupos sociais atrasaria a adoção de políticas capazes de estabilizar o orçamento. Os governos de coalizão seriam mais prejudicados uma vez que a menor coesão entre os partidos (em comparação com governos unipartidários) implicaria em mais dificuldade em atingir um acordo quanto a distribuição equitativa dos custos do ajuste fiscal e, como resultado, quanto maior o número de partidos pertencentes a coalizão do governo, maior deve ser o déficit público (ALESINA; PEROTTI, 1994). Ou seja, a estrutura do governo e dos sistemas partidários depende do sistema eleitoral e impacta no orçamento público.

Outra questão apontada pelos autores são os interesses geograficamente dispersos. Representantes com uma base geográfica superestimam os benefícios de projetos públicos em seus distritos em comparação aos custos de financiamentos dos projetos que seriam distribuídos por todo país. Este ponto aborda os projetos do tipo clientelista<sup>3</sup> mas, principalmente, programas de transferência de renda que acabariam priorizando determinadas regiões em detrimento de outras. Ou seja, a distribuição geográfica dos custos, benefícios e poder de decisão pode ter impacto significativo no orçamento agregado:

Suppose that spending decisions are taken at the local level, and are financed with transfers by the national government that raises taxes. The same mechanism operates in this case, as for the case of geographically elected representatives. The local authorities do not fully internalize the effects of their spending decisions over the overall budget for the same reasons why the geographically elected representatives don't. Clearly,

---

<sup>2</sup> Tradução: Há uma grande diferença entre a geração atual e as futuras gerações (incluindo as crianças de agora): apenas a geração atual vota.

<sup>3</sup> Alesina e Perotti (1994) acreditam que políticas clientelistas representam uma porção relativamente pequena dos orçamentos dos países da OCDE.



the incentives for the local authorities are different if they are responsible for both taxing and spending decisions (ALESINA; PEROTTI, 1994 p. 31-32).

Há ainda outro ponto importante a ser lembrado: o nível de abertura da democracia. Doležalová (2011) aponta que países com menor grau de abertura democrática apresentam mais manipulação eleitoral, resultado da menor possibilidade de se informarem acerca das políticas oportunistas utilizadas pelos governos. Este estudo corrobora, portanto, a percepção de que eleitores racionais bem informados podem antecipar o uso de tais políticas e punir os políticos que a utilizam.

Przeworski et al. (1999) distinguem duas concepções sobre o sistema representativo. A primeira é a concepção de mandato em que, se os eleitores acreditarem que os candidatos são diferentes, eles procurarão escolher o melhor candidato. Durante o período eleitoral, os candidatos e partidos se apresentam para os eleitores informando suas plataformas de campanha. As condições para que o mandato representativo ocorra são três: que os interesses dos candidatos e dos eleitores sejam coincidentes, que os políticos têm como objetivo a reeleição e assim cumprem suas promessas de campanha e que os políticos estão preocupados com a credibilidade de suas futuras promessas. Mas, há algumas situações em que os políticos serão incentivados a se desviar de suas promessas, seja em benefício dos eleitores ou em benefício próprio, pois não há nenhum mecanismo que obrigue os candidatos a seguir sua plataforma de campanha. A segunda concepção utilizada pelos autores é a de *accountability* em que os eleitores podem identificar se os candidatos estão agindo em benefício dos eleitores. Uma representação do tipo *accountability* ocorre quando os eleitores votam para manter o candidato governista apenas se ele agiu preocupado com o povo e, o candidato escolhe políticas com o objetivo de ser reeleito. O voto retrospectivo é o modelo padrão de como o mecanismo de *accountability* funciona, pois, os eleitores estabelecem critérios de performance para avaliar os candidatos e votam contra os candidatos caso eles não atinjam estes critérios. Em um cenário com informação incompleta em que os candidatos estão preocupados com a reeleição, as sinalizações de políticas preferidas pelos eleitores podem levar os candidatos a “maquiarem” suas promessas indicando que o melhor para os eleitores seria não demonstrar suas preferências, enquanto que, se o candidato não está preocupado com a reeleição, os eleitores estariam em melhor situação se apresentassem suas demandas. Para os autores, os eleitores devem utilizar seu voto com dois propósitos: selecionar o melhor político e as melhores políticas e induzi-los a se comportarem adequadamente quando no poder.

### 3. Modelos Partidários

#### 3.1. Modelos Partidários com expectativas adaptativas

Enquanto o modelo proposto por Nordhaus (1975) ignora as possíveis diferenças partidárias e o modelo de Downs (1999) não coloca ênfase nelas, uma vez que os partidos políticos moldam sua ideologia de forma a obter mais votos, Hibbs (1977) publica o artigo “*Political Parties and Macroeconomic Policy*” em que procura analisar padrões de políticas macroeconômicas associados a partidos de esquerda e direita para 12 países no pós-guerra<sup>4</sup>. O estudo, assim como o artigo de Nordhaus (1975), centra-se no *trade-off* da Curva de Phillips, mas para Hibbs há uma diferença ideológica que faz com que partidos de esquerda prefiram baixo desemprego com inflação mais elevada e partidos de centro e direita prefiram inflação menor e maior desemprego.

Hibbs (1977) aponta que a preocupação com o desemprego ou a inflação está relacionada a classe social a que o indivíduo pertence, pois, os grupos de baixa e média renda são mais avessos ao desemprego que a inflação enquanto grupos de alta renda são mais preocupados com inflação que com desemprego. Com base na diferença de preferências, Hibbs (1977) apresenta dados relacionando inflação e desemprego para os países analisados que corroboram seu modelo, ou seja, que governos de esquerda apresentam maior inflação e menor desemprego quando comparados a governos de direita.

Para a América Latina, Corrêa (2015) avalia que as influências dos chefes de Executivo diferem da dos países da OCDE, pois sofrem impacto da grande desigualdade social. Ele identifica as diferenças nas políticas partidárias na América Latina em que partidos de esquerda estão mais preocupados com redistribuição de renda e a direita mais preocupada com a manutenção da ordem e proteção da propriedade privada.

---

<sup>4</sup> Hibbs (1977) utiliza dados dos seguintes países: Dinamarca, Finlândia, Suíça, Noruega, Holanda, França, Itália, Reino Unido, Bélgica, Alemanha Ocidental, Canadá e Estados Unidos.

### 3.2. Modelos Partidários com expectativas racionais

Outra abordagem que procura elucidar as diferenças partidárias é o artigo “*Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a repeated game*”. Alesina (1987) aborda a interação entre dois partidos com objetivos de inflação e desempregos diferentes utilizando expectativas racionais em um modelo com interação repetida. O autor critica o modelo proposto de Hibbs (1977) por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo.

O modelo de Alesina (1987) pressupõe que os agentes privados fixam o salário nominal com base nas expectativas de inflação. Em seguida, o governo age incentivado a anunciar uma política de baixa inflação. Como os indivíduos são racionais e informados, eles reconhecem o incentivo e fixam o salário nominal de maneira a eliminar qualquer incentivo do governo para gerar inflação inesperada. Quanto mais polarizado for o sistema político, maiores as flutuações econômicas. Entretanto, tais flutuações econômicas poderiam ser evitadas se os partidos reconhecerem que a adoção de regras comuns de política trará melhor resultado no longo prazo.

Como resultado, o modelo de Alesina (1987) prevê que governos Republicanos nos Estados Unidos apresentam recessões no início dos mandatos enquanto governos Democratas apresentam taxas de inflação mais elevadas. Ou seja, o modelo convencional<sup>5</sup> de ciclos políticos econômicos serviria apenas para explicar os governos Democratas e, portanto, não é capaz de explicar completamente a política americana.

Alesina e Rosenthal (1996) também analisam a interação entre executivo e legislativo num modelo partidário que utiliza teoria dos jogos. Alguns resultados importantes do modelo que procura abordar a relação entre o Executivo e a composição do Legislativo nos Estados Unidos é a presença de “*coattail effects*”, ou seja, que o candidato ganhador da eleição procurará ajudar os candidatos de seu partido que estejam concorrendo ao Congresso. Além disso, o modelo enfatiza a importância do “*midterm cycle*” nos Estados Unidos como forma de os eleitores adquirirem mais informações sobre a competência do presidente, após os dois primeiros anos de mandato e, desta forma, eleger congressistas aliados ao governo ou da oposição conforme a percepção dos eleitores.

---

<sup>5</sup> O modelo definido como convencional é o de Nordhaus (1975).

Há de se fazer uma observação sobre as eleições de meio de mandato. Nos Estados Unidos as “*Midterm elections*” alteram toda a Câmara de Representantes e um terço das cadeiras do Senado, e também são realizadas eleições para governador em 34 dos 50 estados americanos e para várias posições dos governos municipais. Já no Brasil, as eleições de meio de mandato são para as posições do Executivo e Legislativo Municipal enquanto que a composição do Congresso Nacional, Executivo e Legislativo Estaduais cumprem o mandato simultaneamente ao Executivo Federal. Entretanto, é comum que vários candidatos que estão cumprindo mandatos nas esferas Federal ou Estadual retornem aos seus municípios de origem para a disputa das eleições municipais. Assim, as eleições municipais brasileiras podem ser interpretadas como um termômetro da situação política e uma possível reestruturação das alianças locais, especialmente nas grandes cidades.

#### **4. Conclusão**

Traçar o comportamento eleitoral é sempre uma tarefa árdua. Neste estudo, procurou-se identificar alguns pontos relevantes nesta tarefa que relaciona Economia e Política através do arcabouço teórico dos ciclos político-econômicos. Neste sentido, a Teoria da Escolha Racional aponta que o eleitor se comportará a fim de maximizar seu bem-estar e os partidos, com o objetivo de se manter no poder. Nordhaus (1975) aponta que os eleitores buscam a melhor relação possível entre inflação e desemprego, mas com preferência pelo menor desemprego e que, portanto, haveria incentivos para o partido governista se utilizar de políticas econômicas com objetivos eleitoreiros que acabariam gerando o “*political business cycle*”. Hibbs (1977) introduz a diferença ideológica como relevante para o comportamento eleitoral. Alesina (1987) incorpora a ideia de que os eleitores podem antecipar os comportamentos do governo. Rogoff e Sibert (1988) também creem que os eleitores antecipam o comportamento oportunista do candidato governista, mas como há assimetria de informação entre os eleitores e o candidato, este acaba sendo beneficiado por sinalizar a competência do seu governo ao usar o “*political budget cycle*”. Tais políticas oportunistas, em um ambiente sem as devidas regras, poderiam vir a gerar déficit orçamentários tanto pela redução das receitas quanto pelo aumento dos gastos no período eleitoral como apontam Shi e Svensson (2002). A estrutura institucional também é enfatizada por Alesina e Perotti (1994) como importante para identificar a relação entre o uso

de políticas eleitoreiras e os déficits públicos pois ela estabelece os parâmetros que deverão ser seguidos pelos políticos no momento da definição do orçamento.

Os modelos aqui apresentados ilustram relações importantes entre Economia e Política e apresentam, em alguma medida, a evolução destas teorias. Além disso, houve uma certa incorporação destes modelos na definição de medidas de planejamento econômico através de sua inclusão constitucional, como no caso brasileiro da Constituição de 1988, que impõem a discussão entre governo e oposição para a confecção do PPA, LDO e LOA<sup>6</sup>.

A ampliação do debate sobre a utilização ou não de políticas econômicas oportunistas com fins eleitorais, especialmente na década de 1990, incentivou a criação de leis mais rígidas quanto a utilização das receitas públicas e transparência governamental, permitindo que a população tenha mais controle no processo democrático. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101 de 2000) e, posteriormente, a Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011) são exemplos disso. A LRF postula diretrizes para a utilização do gasto público, limites mínimos para Educação e Saúde, limite máximo para gastos com pessoal, além de limites para o endividamento público. Estabelece, portanto, restrições para a utilização de políticas oportunistas pelos governantes e vem promovendo alterações significativas no comportamento dos governantes. Um exemplo do impacto da LRF no Brasil é apresentado por Arvate, Avelino e Lucinda (2008) indicando que a lei trouxe alterações nos resultados fiscais dos estados brasileiros e, principalmente, que partidos de esquerda passaram a apresentar resultados econômicos mais ajustados que no período anterior a LRF.

De qualquer maneira, ainda são necessários estudos empíricos que permitam maiores aprimoramentos dessas teorias, em especial, para o caso brasileiro. Além disso, é sempre necessária a análise das instituições políticas que permitam identificar as regras do jogo político para a confecção de políticas econômicas, com a análise tanto dos padrões de comportamento intertemporais como intratemporais.

---

<sup>6</sup> PPA é o Plano Plurianual; LDO é a Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA é a Lei do Orçamento anual.

## Referências Bibliográficas

ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651–678, 1987.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. The Political Economy of Budget Deficits. **Nber Working Paper Series**, n. 4637, p. 1–48, 1994.

ALESINA, A.; ROSENTHAL, H. A Theory of Divided Government. **Econometrica**, v. 64, p. 1311–1341, 1996.

ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R. Existe Influência da Ideologia sobre o Resultado Fiscal dos Estados Brasileiros. **Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas**, v. 38, p. 789–814, 2008.

CORRÊA, D. S. Economia, Ideologia e Eleições na América Latina. **Dados**, v. 58, n. 2, p. 401–425, jun. 2015.

DOLEŽALOVÁ, J. The Political-Budget Cycle in Countries of the European Union. **Review of Economic Perspectives**, v. 11, n. 1, p. 12–36, 2011.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

HIBBS JR., D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **The American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977.

NORDHAUS, W. D. The Political Business. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. Elections and Representation. In: PRZEWORSKI, A.; SOTKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). . **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 29–48.

ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 20–36, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1–16, 1988.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political Budget Cycles: A Review of Recent Developments. **Nordic Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 67–76, 2003.